



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO EGRÉGIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, neste ato representado pelo PROCURADOR GERAL DO ESTADO, com endereço mencionado no timbre desta petição, vem, com fundamento no artigo 726/729 do Código de Processo Civil brasileiro c/c artigo 25 da Lei nº 5.250/67, ajuizar a competente

INTERPELAÇÃO JUDICIAL

em face do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública Dr. **TORQUATO LORENA JARDIM**, brasileiro, advogado, identidade e CPF ignorados, com endereço na Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, edifício sede, CEP: 70064-900, Brasília – DF, pelos motivos de fato e de direito adiante expendidos, requerendo, desde já, sejam todas as publicações, intimações e notificações expedidas em nome da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, com endereço na Rua do Carmo, nº 27, 13º Andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP.: 20.011-020.



OS FATOS

Em matéria divulgada no dia 31/10/2017 no “*Blog do Josias*”, no portal UOL, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Dr. Torquato Jardim, se referindo ao Estado do Rio de Janeiro, teria afirmado que “*a Polícia Militar não é controlada pelo Governador Luiz Fernando Pezão e pelo Secretário de Segurança, Roberto Sá*”. O Ministro teria, ainda, asseverado que o comando da corporação decorre de um “*acerto com deputado estadual e o crime organizado*”.¹

As acusações foram por ele confirmadas em matérias jornalísticas veiculadas por toda a mídia brasileira no dia 01/11/2017, em especial pela reportagem publicação do jornal O GLOBO², de onde é possível extrair as seguintes assertivas atribuídas ao referido Ministro:

“Desafio as autoridades fluminenses a provarem que estou errado sobre as conexões de comandantes da PM do Rio e o crime organizado.”

“Embora as investigações da inteligência federal não se voltem para condutas individuais ou batalhões específicos, os dados apontam a necessidade de apurar ‘toda uma linha de comando’. A tarefa, porém, é da Corregedoria da PM, que recebe as informações dos órgãos federais.”

Olvida o Interpelado que, na qualidade de Ministro de Estado, ao fazer as acusações que vociferou, a ele incumbe, sob pena de, em tese, cometer o crime de prevaricação, comprovar (inclusive perante as autoridades competentes) os fatos.

Indagado por um jornalista de onde vêm as informações que Ministro mencionou em entrevistas sobre a associação de comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com o crime organizado, o Interpelado respondeu:

¹ <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2017/10/31/rio-crime-organizado-x-estado-escolhambado/>

² <https://oglobo.globo.com/rio/torquato-voltamos-tropa-de-elite-1-2-2-22017490> e fls. 9/10 da edição impressa de 01/11/2017



“Da própria história da instituição. Em algum momento, este ano, de uma única vez, foram presos 93 policiais de um batalhão em São Gonçalo. Alguns dias mais tarde, mais alguns. E qual foi a consequência disso? A polícia tem que revelar, tem que contar. (Tem) a questão de vazamento de informações. Havia uma operação (em conjunto com as forças federais) planejada num morro, sabia-se que todo sábado de manhã uma das figuras mais perigosas do Rio jogava bola com a gangue dele ali naquele momento. A turma chegou escondida, secreta, silenciosa. O sujeito naquele dia não foi jogar bola onde joga bola todo sábado. Para mim, é muito curioso que o Roberto Sa (secretário de Segurança) não tenha encontrado entre os oficiais da ativa um comandante-geral da PM. E foi buscar o coronel Dias que já estava aposentado. Então são essas circunstâncias todas que causam essa dúvida. Lamento a repercussão e extensão que teve (as declarações feitas). Fiz uma crítica institucional pessoal. Mas se estou errado, que me provem.”

Indagado se a afirmação de existência de associação de policiais em postos de comando com o crime organizado era apenas uma opinião pessoal ou se há dado oficial sobre isso, o interpelado respondeu:

“Claro que existe. Existe um serviço de inteligência sobre tudo que eu falo. Todo serviço de inteligência é sigiloso. Você não pode dizer quem, quando, como.”

“Há toda uma linha de comando que precisa ser investigada, (que está) sendo analisada’. Há toda uma linha de comando que precisa ser investigada, (que está) sendo analisada. Nós temos informação: R\$ 10 milhões por semana na Rocinha com gato de energia elétrica, tv a cabo, controle da distribuição de gás e o narcotráfico. Em um espaço geográfico pequeno. Você tem um batalhão, uma UPP lá. Como aquilo tudo acontece sem conhecimento das autoridades? Como passa na



informalidade? Em algum lugar, voltamos à Tropa de Elite 1 e 2. Em algum lugar alguma coisa está sendo autorizada informalmente.”

Claro está, assim, que o Interpelado verbalizou acusações sobre o cometimento de crimes por parte de agentes públicos estaduais a partir de informações oficiais de inteligência do Ministério da Justiça e que, por força desta interpelação, merecem ser esclarecidas e comprovadas.

Em resumo, o Interpelado, de modo incomum, afirma que o Governador do Estado do Rio de Janeiro, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o Chefe de Polícia, Comandantes da Polícia Militar e Deputados Estaduais cometem crimes ou são lenientes com o seu cometimento. Isto é por demais grave e reclama providências, sendo esta interpelação uma delas.

Considerando que os agentes públicos referidos pelo Interpelado atuam em nome do Estado e negam, categoricamente, as inverdades e os crimes por ele alardeados em seus arroubos verberados pela mídia, esta interpelação se faz relevante e necessária para, nos termos do artigo 726 e seguintes do CPC, prevenir responsabilidades penais.

COMPETÊNCIA DO STF

Como é possível depreender da narrativa dos fatos, o Interpelante busca com a presente interpelação esclarecer as acusações feitas pelo Interpelado para, num segundo momento, adotar as medidas cíveis e penais cabíveis.

Incide na espécie, portanto, a regra de competência originária do Supremo Tribunal Federal, por tratar o Interpelado de Ministro de Estado, nos termos do artigo 144 do Código Penal³ e artigo 102, I, C da CRFB/88. Esta a posição dessa Suprema Corte:

³ Art. 144 - Se, de referências, alusões ou frases, se infere calúnia, difamação ou injúria, quem se julga ofendido pode pedir explicações em juízo. Aquele que se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.



“EMENTA: INTERPELAÇÃO JUDICIAL. PROCEDIMENTO DE NATUREZA CAUTELAR. MEDIDA PREPARATÓRIA DE AÇÃO PENAL REFERENTE A DELITOS CONTRA A HONRA (CP, ART. 144). PEDIDO DE EXPLICAÇÕES AJUIZADO CONTRA MINISTRO DE ESTADO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, POR TRATAR-SE DE AUTORIDADE QUE DISPÕE, PERANTE A SUPREMA CORTE, DE PRERROGATIVA DE FORO NAS INFRAÇÕES PENAS COMUNS. NOTIFICAÇÃO DEFERIDA.

– O Supremo Tribunal Federal possui competência originária para processar pedido de explicações formulado com apoio no art. 144 do Código Penal, quando deduzido contra Ministro de Estado, por tratar-se de autoridade que dispõe de prerrogativa de foro “ratione muneris” nos ilícitos penais comuns (CF, art. 102, I, “c”).

– O pedido de explicações – admissível em qualquer das modalidades de crimes contra a honra – constitui típica providência de ordem cautelar destinada a aparelhar ação penal principal tendente a sentença condenatória. O interessado, ao formulá-lo, invoca, em juízo, tutela cautelar penal, visando a que se esclareçam situações revestidas de equivocidade, ambiguidade ou dubiedade, a fim de que se viabilize o exercício eventual de ação penal condenatória, notadamente naqueles casos em que se registre efetiva incerteza quanto aos destinatários específicos das imputações moralmente ofensivas (Pet 4.444-AgR/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno).

– A interpelação judicial, sempre facultativa (RT 602/368 – RT 627/365 – RT 752/611 – RTJ 142/816), acha-se instrumentalmente vinculada à necessidade de esclarecer situações, frases ou expressões, escritas ou verbais, caracterizadas por sua dubiedade, equivocidade ou ambiguidade.

– O pedido de explicações em juízo submete-se à mesma ordem ritual que é peculiar ao procedimento das notificações avulsas (CPC, art. 867 c/c o art. 3º do CPP). Isso significa, portanto, que não caberá ao Supremo Tribunal Federal, em sede de interpelação penal, avaliar o conteúdo das explicações dadas pela parte requerida nem examinar a legitimidade jurídica de sua eventual recusa em prestá-las, pois tal matéria compreende-se na esfera do processo penal de conhecimento a ser ulteriormente instaurado. Doutrina. Precedentes. (Petição 5.557 – Distrito Federal – Relator Ministro CELSO DE MELLO – 09/03/2015)



Sendo assim, dúvidas não há de que a competência para o processamento da presente Interpelação, bem como para a ação penal futura, é o Egrégio Supremo Tribunal Federal, à luz do que dispõe o artigo 102, I, C da CRFB/88.

FUNDAMENTO DA INTERPELAÇÃO JUDICIAL

Dispõe o artigo 727 do Código de Processo Civil que:

“Art. 727. Também poderá o interessado interpelar o requerido, no caso do art. 726, para que faça ou deixe de fazer o que o requerente entenda ser de seu direito.”

O artigo 726 do Diploma Processual, por sua vez, assenta que:

“Art. 726. Quem tiver interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito.”

Pois bem. Conforme já referido, o Interpelado, na qualidade de Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública, afirmou e reafirmou ter informações oficiais de que agentes públicos do Estado do Rio de Janeiro (Governador do Estado, Comandantes de Batalhões, Chefe de Polícia, Secretário de Segurança e Deputados Estaduais) estão envolvidos e/ou sabem do envolvimento da estrutura do Estado com o crime organizado, sendo esta a razão do estágio de insegurança que a população fluminense vivencia atualmente.

Em linhas gerais, o Interpelado afirmou, na qualidade de Ministro de Estado, que possui informações oficiais que implicam agentes públicos da cúpula do governo e da segurança pública (além de membros do Poder Legislativo estadual) no cometimento de crimes ou com o envolvimento com o crime organizado.

Partindo desta premissa, é dever funcional do Interpelado – via resposta a esta interpelação - comprovar todos os fatos que afirmou conhecer a partir de documentos oficiais, à luz das regras contidas no artigo 6º da Lei Federal nº 7.347/85, no artigo 116, VI, XII e



parágrafo único da Lei Federal nº 8.112/90, artigo 66 do Decreto-Lei nº 3.688 (Lei das Contravenções Penais), bem assim para não responder pelos crimes de calúnia, injúria e difamação e, em tese, por prevaricação.

Não fosse isso suficiente, o dever do Interpelado de informar e comprovar, na qualidade de Ministro de Estado da Justiça, os fatos criminosos que disse conhecer por documentos oficiais decorre do princípio da publicidade, moralidade e indisponibilidade do interesse público (artigo 37 da CRFB/88 c/c artigo 2º da Lei Federal nº 9.784/99).

Por outro lado, o Interpelante, por intermédio de seus órgãos de controle, notadamente o Governador do Estado na qualidade de Chefe Superior da Administração Pública (artigo 84, II da CRFB/88), tem a obrigação de exigir o conhecimento dos fatos e dos documentos que o comprovem, para adoção das medidas administrativas e judiciais competentes (inclusive eventual perquirição de cometimento de prevaricação por parte do Interpelado), ou, alternativamente, na ausência de higidez das afirmações lançadas pelo Ministro Interpelado, processá-lo criminalmente pelo cometimento dos crimes de calúnia, injúria, difamação.

Deste contexto, com efeito, decorre o direito de o Estado do Rio de Janeiro interpelar o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, Dr. Torquato Jardim, para que apresente, de maneira específica, as provas dos fatos criminosos imputados aos agentes públicos do Estado do Rio de Janeiro já mencionados, nominando-os, notadamente os documentos oficiais que atestem que os referidos agentes públicos estão direta ou indiretamente envolvidos com o crime organizado.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de Interpelante, requer a V. Exa. se digne, nos termos do artigo 721 do Código de Processo Civil brasileiro, determinar a citação e intimação do Interpelado para que, mesmo respeitando o sigilo de informações oficiais (se for o caso, postula-se, de logo, o segredo de justiça a este processo),



descreva os fatos ilícitos a que fez referência nas reportagens jornalísticas especificadas ao longo desta petição, notadamente no Blog do Josias (site UOL) no dia 31/10/2017 e no Jornal O GLOBO (edição do dia 01/11/2017), declinando os nomes dos agentes públicos que praticaram crimes ou que concorreram à sua prática, juntando documentos que atestem e comprovem a veracidade das informações, tudo de modo a possibilitar a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Dá-se à causa, para efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Pede-se deferimento.

Do Rio de Janeiro para Brasília, 01 de novembro de 2017.

LEONARDO ESPÍNDOLA

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLAUDIO ROBERTO PIERUCETTI MARQUES
SUBPROCURADOR GERAL DO ESTADO

FERNANDO BARBALHO MARTINS
SUBPROCURADOR GERAL DO ESTADO

Assinado eletronicamente
Emerson Barbosa Maciel
Procurador-Chefe
Brasília-PG13
ID: 1923475-9